

Gramsci e a Ausência-Presença dos Conceitos

de “Essência” e “Fenômeno”, numa Abordagem Dialética

László Mihály

Filósofo húngaro

Néliton Azevedo

Economista brasileiro

Introdução

Antonio Gramsci tem sido lido, discutido, interpretado, adotado e combatido pelos mais diferentes comentadores e críticos de sua obra. Seu legado é reivindicado por variados matizes ideológicos, todos se sentindo ora herdeiros, ora antagonistas do grande revolucionário italiano.

Pluralidade rica, as múltiplas interpretações e leituras, que se ampliam de ano a ano - revigoradas pelo novo impulso que tomaram os estudos da obra gramsciana – integram hoje a luta ideológica que se trava em torno desse legado.

São cabíveis todas as interpretações existentes ou em construção, ou algumas abusam do direito de livre julgamento, inclusive servindo àquelas que Gramsci combateu?

Esse ensaio trata de uma questão pontual, a saber: principia nas implicações epistemológicas do tratamento que Gramsci dá, em sua obra, mais especificamente nos Cadernos do Cárcere, aos conceitos de “essência” e “fenômeno”, e caminha nas argumentações que os fundadores do marxismo, ao qual Gramsci, metodológica e conscientemente se filia, deram à questão dessas categorias dialéticas. Não se trata da pesquisa da existência dos conceitos na obra, nos Cadernos, nem da presença e da ausência dessas categorias dialéticas na linha intelectual seguida por Gramsci.

Ausência, que, se existir, pode estar presente na gênese - como um de seus

elementos constitutivos, embora não lhe seja central - dos tão diferenciados olhares deitados sobre sua obra, e das variadas e conflitantes conclusões que deles derivam. Mas, se debruça sobre os próprios conceitos, enquanto categorias dialéticas, tomando por base a linha investigativa do pensador italiano.

Ambos os autores desse ensaio consideramos que as categorias “essência” e “fenômeno” são aspectos universais de toda a realidade existente. Os fenômenos da

realidade, em sua interconexão universal, se definem em relações que encontram na contradição dialética sua constituição. Não há realidade sem fenômeno, não há fenômeno sem essência. Não há realidade não contraditória. Portanto, ao interpretar a realidade, todo autor lida com tais conceitos, explicitamente ou não, conscientemente ou não. E pode, ao tratá-los, fazer a cisão idealista entre ambos, separando o inseparável. Ou, identificá-los, à maneira dos positivistas, confundindo o inconfundível.

Pensamos que uma abordagem dialética do problema da relação categorial entre “essência” e “fenômeno”, leva-nos a procurar raízes investigativas nas obras de Emmanuel Kant, Georg Wilhelm Hegel e Ludwig Feuerbach e a seguirmos essas raízes nas de Karl Marx e Friedrich Engels.

Nos dois últimos autores citados, os caminhos da dialética hegeliana encontram a visão materialista marxista que os substancializam. Não é possível, ou mesmo intelectualmente “justo”, compreender Antonio Gramsci sem se ater aos seus mestres.

Apontamentos para a genealogia das categorias dialéticas de “Essência” e “Fenômeno”. Essas são, em essência, as linhas mestras do ensaio “Gramsci e a Ausência-Presença dos Conceitos de ‘Essência’ e ‘Fenômeno’, numa Abordagem Dialética”.

Gramsci e a Ausência-Presença dos Conceitos de “Essência” e “Fenômeno”, numa Abordagem Dialética

O Dicionario Gramsciano 1926-1937, editado na Itália pela Ed. Carocci, no ano passado, elaborado por Guido Liguori, professor na Universidade da Calábria, renomado pesquisador da obra de Gramsci, e adepto de suas idéias - um gramsciano - conjuntamente com Pasquale Voza, ambos conhecidos estudiosos de Gramsci, não menciona os verbetes “Essência” e “Fenômeno”.

Seria porque Antonio Gramsci não as adota enquanto categorias filosóficas? Não as considera relevantes para suas análises sociais, políticas e filosóficas? Ou, os dicionaristas preferiram evitar alguns problemas conceituais – que necessariamente emergiriam –, optando por não incluí-los em seu abrangente e denso dicionário, seguindo o caminho pacificador da não inclusão desses conceitos no universo filosófico gramsciano?

Ambos os conceitos também estão ausentes dos excelentes escritos de G. Liguori: Gramsci: Guida alla Lettura, escrito em parceria com Chiara Meta, e editado pela Unicopli, em 2005, Sentieri Gramsciani, editado em 2006, Le Parole di Gramsci: Per un Lessico dei Quaderni del Carcere, de 2004, escrito em dupla com Fabio Frosini. Os dois últimos foram editados pela Ed. Carocci, de Roma.

Percorrendo a evolução conceitual do revolucionário sardo, desde os tempos do L'Ordine Nuovo, período de amadurecimento intelectual, até aos Cadernos do Cárcere, obra reflexiva de plenitude madura, vemos como paulatinamente Gramsci se afasta

dessas duas categorias, passando a nem sequer mencioná-las em seu percurso intelectual posterior.

Estão esses conceitos superados, não mais necessários, na filosofia e na práxis contemporânea? Ou lhes cabe um papel na elucidação da complexa realidade social em que vivemos? Pois, não há dúvida de que essa elucidação se torna mais amena levando-se em alta conta a contribuição de Antonio Gramsci.

Apontamentos para a Genealogia das Categorias Dialéticas

de “Essência” e “Fenômeno”

Ao longo de toda a história do pensamento e da filosofia mundial, os conceitos de “Essência” e “Fenômeno” têm sido assunto de investigações e debates, com as mais diversas interpretações e conclusões, das mais similares às mais díspares. As visões materialista e idealista, assim como a metafísica e a dialética, orientam, em última instância, as diferentes colocações diante de sua conceituação. Há os que adotam a premissa de que a realidade dita as regras e há os que creditam ao pensamento, à consciência, a primazia do mundo, portanto do correto entendimento dos conceitos e de sua relação. Outros ainda, relacionam a evolução dos conceitos à evolução do entendimento do mundo, situando-os na história, em evolução constante, outros, enfim, colocam os conceitos fora do homem, puros, acabados e plenos, imóveis, a serem alcançados, ou não, pelo pensamento.

Reflexo da luta de classes, a luta entre correntes filosóficas e ideológicas, entre as visões materialista e idealista, entre a dialética e a metafísica, entre o empirismo, o espiritualismo e o racionalismo, entre o gnosticismo, o ceticismo e o agnosticismo, segue a história humana em toda sua trajetória, está carregada de conflitos e disputas em torno dos conceitos de “Fenômeno” e “Essência”. Em torno do sensível e do racional no conhecimento. Como conceitos centrais da filosofia, estiveram e estão também no centro das lutas entre as diferentes e divergentes concepções filosóficas de mundo, as que querem explicá-lo, justificá-lo ou transformá-lo.

O que supera um conceito filosófico não é a declaração de sua morte por qualquer corrente do pensamento, nem o seu abandono por parte de escolas filosóficas ou pensadores, destacados ou não. É sim a sua superação como categoria explicativa do mundo, da realidade. É a realidade que aceita ou rejeita, julga os conceitos que se põem a interpretá-la. É a realidade em sua constante mutação e evolução que torna insuficientes, enganosas, falsas, caducas ou superadas as categorias explicativas, filosóficas ou não.

Até meados do século XIX, a questão em torno dos conceitos de fenômeno e essência, centrais da filosofia, pendia para um dos lados do problema, ou a fusão dos termos, ou sua separação, ou sua hierarquização vertical hipertrofiando apenas um dos

conceitos, ou ainda tornando um deles inalcançável na negação agnóstica da possibilidade de sua aquisição como conhecimento.

Esse pendor, ou se inclina ao sensível, subestimando o papel do pensamento no conhecimento, da abstração no processo cognitivo, na procura da essência dos fenômenos e processos da realidade, ou, inversamente, se inclina ao racionalismo, subestimando o papel do sensível. Os primeiros acabam, em geral, por considerar os sentidos como os constituintes da realidade, reduzindo-a a um conjunto de sensações, a la Berkeley. Os segundos sobrestimam o racional, colocando-o, ao final, como ato criador do mundo, a partir de inferências lógicas. O idealismo unilateral e a metafísica imobilista os irmanam.

É necessária uma visão simultaneamente materialista e dialética, que dê primazia à prática, para entendê-los, aos conceitos, em sua interligação inseparável e inconfundível, em sua unidade dialética e contraditória. Foi necessário o desenvolvimento histórico, o nível alcançado pela sociedade nas décadas finais do século XIX, o progresso cumulativo do conhecimento humano universal, o salto qualitativo dado pelo entendimento do mundo. Foram necessários Kant, Hegel, Feuerbach, Engels, Marx. O pensamento mundial se acresce muitíssimo do alemão desse período e desses nomes.

O modo de funcionamento do processo de aquisição de conhecimento, de busca e acumulação do entendimento do mundo, da realidade, da sociedade e do homem vêm se acumulando durante toda a história humana, o homem e seu contato, sua luta, com a e na realidade que o circunda. Os conceitos de “Essência” e “Fenômeno” evoluíram nesse complexo processo, multiplicaram-se, diversificaram-se, se distanciaram, se condensaram e se aproximaram do salto qualitativo de seu entendimento. Desde as primeiras manifestações do entendimento sistemático do mundo.

Platão, filósofo grego de suma importância, talvez o primeiro pensador europeu a

tentar formar um sistema filosófico idealista coerente, influente em toda a trajetória da filosofia posterior, eleva a níveis absolutos a essência, formada por idéias eternas, verdades imutáveis e acabadas, plenas, dando o caráter de “entidade” 1 ao “que cada coisa é”. O pensamento platônico considera que o mundo está formado por essa plenitude ideal. Platão conecta o que “cada coisa é” - a entidade da coisa - ao conceito integrador de “ciência”, distinguindo-a da “experiência” e da “opinião reta”, negando

1 Deste ponto do texto em diante, os termos e expressões entre aspas seguem as conceituações dos

pensadores, filósofos e autores aos quais o texto respectivo se refere.

fundamento a esta última. Ao tornar absoluto o papel do pensamento abstrato, como um ente próprio, ideal e abstrato, dotado de existência autônoma, fora do homem, ao subestimar o papel do sensível na obtenção do conhecimento, considera que as coisas sentidas, percebidas pelos sentidos do homem, são apenas “sombrias” e reflexos desse ideal eterno e absoluto.²

Algo mais tarde, o aluno de Platão em Atenas, seu discípulo embora não fiel seguidor, Aristóteles - talvez o maior pensador da antiguidade grega -, ao abordar as relações entre essas mesmas categorias, ao conceituá-las e investigá-las, embaraça-se na dialética do geral e do singular, do conceito enquanto conhecimento e da sensação enquanto ligação entre o homem e o real. Afinal, emaranha-se filosoficamente entre a essência e o fenômeno. Oscila entre o idealismo e o materialismo, incapaz de uma concepção dialética, contraditória e unificante do problema. À essência, enquanto geral, não a conceitua como conjunto, a lhe definir e formar, dos aspectos comuns, retirados do fenômeno pela consciência, pela abstração. Não se aprofunda na transposição epistemológica da sensação ao pensamento, da realidade ao conhecimento, do fenômeno à essência. Aristóteles migra do geral na natureza ao “espírito”, do objeto ao sujeito, do materialismo ao idealismo.

O tempo cimenta a filosofia clássica grega na romana, transmitida pelo Império ao mundo centrado no Mediterrâneo. O passar dos séculos trás o declínio da cultura clássica greco-romana, secundando o declínio do escravismo europeu e do domínio romano na Europa mediterrânea, setentrional, central e ocidental.

² Ver, para o presente parágrafo e os seguintes, Buescu V., Introdução à Cultura Clássica, Lisboa/Porto:

Ed. Verbo, 1988.

A partir do século V - quase uma dezena de séculos desde Platão -, uma nova dinâmica surge no feudalismo: o mundo filosófico helenístico, principalmente platônico

e aristotélico, então decadente, é transformado, adaptado, acrescido de novo conteúdo, numa transformação interna, com o corpo de crenças e valores desse novo sistema em dominância, suas técnicas produtivas, sua moral, sua vida social fragmentada.

Expurgado dos elementos naturalistas, materialistas e não metafísicos, é transmitido acrescido da teologia. Durante o período medieval europeu, as ciências foram colocadas a serviço da fé, chamadas a atestar a verdade da criação, dos dogmas e das sagradas escrituras. Nele, a componente idealista da filosofia platônica-aristotélica influenciou amplamente, acalentada e adotada pela Igreja, transformada e acrescida da visão de mundo católica, pelo tomismo e pela escolástica.

Para Tomás de Aquino, em sua Summa Theologica, “essenciais são os desígnios de Deus”³. O conceito de essência - elevado pela palavra da teologia, aristocrática por seu conteúdo - foi divinizado e subordinado ao ato da “criação” e à “vontade divina”. O conceito de essência - adjetivada de divina - subiu aos céus, separado do real, submetido a uma exclusiva “vontade transcendente” considerada incompreensível e sutil, foi posto fora de alcance, incognoscível sob o exclusivo domínio unipessoal da vontade do criador. O conceito de fenômeno foi tornado inferior, mundano, também ele manifestação do divino, mas pertencente ao plano humano, dos mortais. Nenhuma dominância é exclusiva, total, o pensamento contrário também existiu, minoritariamente, discordando de que essência e fenômeno se submetam hierarquicamente um ao outro. A filosofia medieval, rio de planície, percorreu um longo caminho, lento, sinuoso. No limbo, os conceitos, todos, sofreram morosa evolução filosófica, adaptando-se - e revoltando-se, inúmeras vezes silenciosamente, subterraneamente - às restrições intelectuais impostas pelo Cristianismo feudal e o conjunto de seu dogmatismo religioso.

O século XVI, com convulsões anteriores que lhe prepararam o caminho e mostraram a decrepitude do sistema medieval, traz em seu ventre uma nova forma de produção de riqueza, com sua cultura florescente, rica, polígrafa, prática e experimental, caracterizada no exemplo do Renascimento. Renasce também a filosofia e o tratamento de seus conceitos-chave, em suas novas abordagens.

A emergência de uma nova formação socioeconômica, mais condizente com as crescentes necessidades produtivas e sociais, carrega em si uma nova cultura, uma nova ciência, uma nova filosofia. Seus antecedentes, seu período de lenta preparação, em parte devedora da cultura filosófica clássica e pré-clássica, também do Islã, do mundo árabe e mourisco, persa, da Índia e China, enfim, dos ares filosóficos e culturais orientais, se explicam pela tendência, inexorável, da vida econômica que necessitava do progresso técnico, produtivo, da superação, de romper os apertados laços da economia

feudal. As ciências, a filosofia, ora em sua retaguarda, ora em seu front, foram seguindo essa trilha de necessidades, alimentadas pelo desenvolvimento das relações capitalistas nascentes, reciprocamente influenciando-as. Os conceitos de essência e fenômeno foram baixando de volta ao mundo dos homens, de onde nunca haviam saído de fato.

3 Ver Chantrel, J., Histoire de L'Église: Histoire Eccclésiastique, Livro II, Paris: Putois-Cretté, Libraire-

Éditeur, 1876, pág. 98 e seguintes. Em francês.

Na luta entre feudalismo em declínio e capitalismo ascendente, com a crise dos postulados medievais, a religiosidade reinante na filosofia é colocada em causa pelo pensamento moderno, pelo espírito das luzes, pela visão de mundo da burguesia em ascensão. Negam-se as premissas teológicas eternas. Os dogmas, petrificados, se rompem.

Acumulando-se contraditoriamente, o conhecimento se expande sob a aceleração histórica burguesa, trazendo com ela novamente o problema da conceituação e da relação da essência e do fenômeno. Entre os séculos XVIII e XIX, pensadores e filósofos como Kant, Hegel, Feuerbach, Engels, Marx se debruçaram sobre ele e lhe deram um acabamento filosófico e conceitual superior, apoiando-se na enorme e contraditória acumulação que os precedeu no esforço de entendimento.

Uma grande evolução no aprofundamento filosófico do problema da conceituação e interação entre esses dois conceitos deveu-se ao filósofo alemão Emmanuel Kant. Em sua investigação filosófica, sistematizada de forma minuciosa, como era de seu estilo analítico, em suas obras, Kant negava, em geral, a possibilidade de se chegar a conhecer a essência das coisas, separando-a dos fenômenos, considerando-os como aspectos isolados, alegando que apenas o mundo dos fenômenos pode ser abordado e conhecido. Em resultado de seu agnosticismo, Kant, ao separar a essência do fenômeno e dar apenas a este as possibilidades de compreensão por parte do homem, separa também a forma e o conteúdo, o sensível e o lógico. A “coisa em si” kantiana, a essência, é para ele inalcançável e insolúvel, estando mais além das possibilidades humanas de abarcá-la. Pois, limita seu conhecimento ao sensível ao considerar que os fenômenos somente são acessíveis aos sentidos, às sensações, ordenadas, segundo a análise kantiana, por meio das formas “a priori” do entendimento. Para o kantismo, somente a experiência dá vida ao conhecimento, representando a síntese das percepções sensíveis e das formas “a

priori” do entendimento.

O conhecimento em Kant torna-se um obstáculo entre o homem e a natureza, uma divisa inexpugnável entre o fenômeno, inteligível, e a essência, inabarcável. As impossibilidades de romper tal barreira, intransponível aos olhos do kantismo clássico, são condicionadas pelas antinomias que limitam a razão humana: as antinomias estão na razão humana, lhe pertencem e limitam sua ação. São a razão primeira da incognoscibilidade da “coisa em si”, em suma, da essência dos fenômenos. Kant, minucioso e instigante filósofo, mas limitado ele mesmo pelo desenvolvimento de sua época, não pode superar as incongruências dadas pela separação estanque entre essência

e fenômeno, cuja superação está necessariamente unida ao processo de conhecimento da essência, enquanto categoria filosófica e enquanto compreensão do mundo, em sua unidade ao fenômeno que lhe corresponda. Dessa impossibilidade - irreal barreira entre o homem e o problema do desconhecido - e da separação por princípio entre “coisa em si” e fenômeno se desprende agnosticismo de viés kantiano.

G. W. Hegel, filósofo posterior a Kant, portanto, mais perto da possibilidade historicamente condicionada de resolver o problema desses conceitos, se aproximou muito da solução do problema, relacionando-os, a essência e o fenômeno, como geral e singular. A partir de sua base idealista, Hegel converte a essência, o geral, num conceito dotado de existência objetiva, a “idéia absoluta”, colocando-a como substância do mundo. Transforma em entes independentes, idealisticamente, os conceitos gerais. Separa-os do homem, dissolvendo o que é indissolúvelmente unido e uma só realidade objetiva.

Hegel fará a crítica do kantismo baseando-se em suas posições idealistas dialéticas. Critica a separação kantista entre essência e fenômeno, separação que se põe na origem das dificuldades agnósticas kantistas. Ao criticar a separação entre estas categorias, que nega a possibilidade de conhecer-se a “coisa em si”, critica o modo metafísico de abordar a categorização da essência dos fenômenos, critica o desconsiderar a contradição e o movimento.

Hegel coloca a dialética ao serviço da solução do problema do conhecimento e sua possibilidade de aquisição, submetendo o kantismo às suas contradições agnósticas e metafísicas. Supera a metafísica kantista no tratamento dessas categorias filosóficas. Mas, ao creditar a essência à “idéia absoluta” abstrata, que para o hegelianismo impera sobre o mundo dos fenômenos, limita o entendimento do problema às possibilidades impostas por seu idealismo objetivo. A concepção dialética hegeliana da essência e do fenômeno esbarra no não reconhecimento da realidade objetiva como primária. Seu entendimento resvala para o idealismo que absolutiza a essência. Em

última instância, divinizando-a e dando-lhe contornos que deságuam, ou podem desaguar, numa interpretação divinal, religiosa.

Hegel ao, em sua obra Fenomenologia do Espírito⁴, abordar o conceito de “ciência”, coloca-a em contraposição à visão corrente de “universo da consciência

4 Ver HEGEL, G. W. F., *Phänomenologie des Geistes*. Berlin/Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970. Em alemão.

Principalmente no Prefácio do 3º volume, ao caracterizar “ciência” e sua característica distinguidora, sua

“essência”.

lógica” ou “construção mental coerente”, afirmando que “ciência” é saber real sistematizado, não o resultado do “intuir”, mas sempre condicionado por operações do “pensar”, um modo determinado do saber, um condutor de conjunto de traços constituintes e definidores, distintivos de outras relações cognoscitivas. Para Hegel, o pensar é uma necessidade, não uma suficiência, na obtenção da essência.

Hegel critica celeremente a contraposição entre o “dever-ser” essencial e o mundo objetivo.

Ludwig Feuerbach, filósofo materialista cuja visão de mundo influenciou grandemente os inícios do marxismo, ao combater em Hegel sua tendência para desviar tudo ao espírito universal, ao supremo ontológico, para transferir para o ideal e para o pensado, caminha no sentido inverso, também ele absolutizando um de seus momentos. Feuerbach identifica o ser, o real, àquilo que é sensível, ao palpável, ao que afeta o homem, enfim, ao fenomenal imediatamente sentido. Aquilo que “aparenta”, manifestação particularizada da essência, torna-se “ser” e confundi-se com ela. O fenômeno passa a “ser em si”, à totalidade do próprio “ser”, e a generalidade abstrata da essência se confunde com a concretude fenomenal.

Em seus Princípios da Filosofia do Futuro, Feuerbach afirma que “[...] o real na sua realidade, ou como real, é o real, como objeto do sentido, é o sensível. Verdade, realidade, sensibilidade são idênticas”⁵. E, mais adiante, complementa afirmando que “somente um ser sensível é um ser verdadeiro, real, só a sensibilidade, verdade e realidade”. Materialista, contraditoriamente se aproxima de Berkeley. Preocupado em fugir da absolutização hegeliana, cai no extremo oposto. Opostos que se tocam.

⁵ Ver FEUERBACH, L., Grundsätze der Philosophie der Zukunft, Berlin: Akademie Verlag, 1982, pág. 307.

(Princípios da Filosofia do Futuro,), em alemão.

6 Ver MARX, Carlos, El Capital. México: Ed. Fundo de Cultura Económica, 1956. Capítulo 48, tomo II.

Karl Marx, sucessor e reversor de Hegel - dele discípulo alemão de segunda geração - e de Feuerbach, em parágrafo famoso, pertencente ao II volume de O Capital, Marx afirma que “ [...] toda a ciência seria supérflua se a forma de aparecimento [fenomênica] e a essência das coisas imediatamente coincidissem”⁶. Forma de aparecimento e essência não coincidem, ou não haveria necessidade de ciência, de procura da essência. A essência, aquilo que caracteriza no fundamental um processo determinado, tipificando-o, não se identifica ou se recobre numa apreciação imediata com o fenômeno, naquilo que se manifesta na representação ou na experiência imediata. Como duas instâncias dialéticas da realidade objetiva, diferem e são unas.

Para Marx, sempre foi digna de ironia a procura da essência do homem na consciência do homem: a limitação da consciência não é o fundamento, mas um fenômeno da limitação mundana, contingenciada pela história e pelo desenvolvimento das forças produtivas. É o estarmos no mundo que nos mostra como estamos, não no campo onde as representações ideológicas se manifestam. Não é primariamente nossa consciência que nos põe no mundo e na sociedade, mas, ao contrário, é nossa pertinência ativa na sociedade que nos conscientiza. A autonomização idealista, a cisão entre essas categorias, eleva a essência a uma transcendência determinante que não lhe pertence, transmutando-a num poder dominante, alienante. As essências das coisas devem permanecer em seu meio natural: nas condições históricas, econômicas, produtivas, ideológicas e sociais que as determinam. A compreensão da essência se temporiza, evolui, muda, conflita e se supera, como o fazem toda a filosofia e as ciências. Porque o homem, enquanto medida das coisas, é temporal, evolutivo, mutável, conflituoso e superador.

Coerente com sua crítica à metafísica e ao idealismo, Marx afirma a unidade contraditória entre essência e fenômeno, entre o “ser”, empírico e fenomenal, imediato, e o “dever-ser”, essencial: é na condição de representante da essência que o “dever-ser” põe-se a ser, “deve ser”, o “dever-ser” aponta as exigências que o acompanham para “tornar-se”. Nada se petrifica imóvel.

A confusão dos termos, o tomar como essência as representações abstratas, ideais, e ao elevá-las em fundamento do mundo, ao separá-las em vasos não comunicantes, separando-as também do homem, condena o entendimento das categorias à sua mistificação, empurrando-o para o campo do idealismo e da metafísica. A materialidade se perde e as abstrações teóricas dos acontecimentos reais, seus sinais, tornam-se “a realidade” para o idealismo. A essência se transforma, idealisticamente,

especulativamente, no “verdadeiramente real”. O mundo se perde, sobra somente a solidão, o solipsismo que Berkeley tenta sem sucesso evitar em sua concepção de mundo.

Se perde a capacidade, posta enquanto possibilidade, enquanto “vir-a-ser”, da compreensão da essência como instrumento epistemológico de compreensão do real. O movimento rumo ao devir se perde. Não há oposição estanque entre a base material das coisas e as próprias coisas, desconhecer ou ignorar tal condição torna impossível ou desnecessário o conhecimento do mundo. E o conhecimento traz em sua evolução

contraditória o gérmen do novo. Perdidos o mundo e o movimento, perde-se o futuro, o homem perde-se do homem.

Marx, ao definir “ciência”, nos Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie⁷, portanto, subliminarmente, ao definir “essência”, na visão marxista, mostra-a em seu desenvolvimento como o desenvolvimento das forças produtivas, nas quais se incorpora como componente crescentemente necessário, como riqueza ideal e prática. Marx considera que o divórcio idealista e metafísico entre essência e fenômeno é resultado da alienação entre filosofia e vida social, entre a “realidade” e o “pensar sobre ela”, a elevação livre da “livre interpretação” à categoria de “verdade” “liberta” da contingência humana do “trabalho”, não submetida ao crivo da prática. A ciência transformada em instrumento de dominação de classe.

A essência humana em Marx não é algo de abstrato, residente na individualidade interior, mas ela é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas. O indivíduo não é abstratamente humano, mas socialmente humano. O ser humano é o ser social. Nesse sentido, Marx critica Feuerbach e sua tendência a situar-se na natureza, em detrimento da instância necessária da política. Saindo do plano abstrato da crítica filosófica das categorias para o terreno da praxis, da política, para Marx, a crítica filosófica já não trata mais apenas da crítica das categorias, mas trata-se da crítica das classes sociais.

A filosofia que transforma o mundo deve vir em substituição contrastada à filosofia que o explica. Essa filosofia consciente de seu destino transformador, é a filosofia da praxis que Gramsci, entusiasticamente, reitera.

⁷ Ver MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: (Borrador) 1857-1858,

Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

Em

espanhol. Apontamentos.

Conclusão

Foi preciso que o conhecimento do mundo amadurecesse e acumulasse reservas, que as condições prévias estivessem postas, para que a filosofia pudesse estabelecer os nexos e conteúdos das categorias de “Essência” e “Fenômeno” e os correspondessem à realidade, rica e complexa, inesgotável e em movimento, ininterrupta.

Somente após o aparecimento da visão materialista e dialética de toda a realidade e sua fusão num todo harmonioso pôde a filosofia aclarar e definir as categorias de “Essência” e “Fenômeno” e relacioná-las adequadamente em correspondência com o mundo e a vida e o homem, com a história. Não se trata de criar o entendimento dos conceitos a partir de lógicas mentais, mas de “deixar a natureza falar”, ouvi-la. Trata-se de procurar na realidade objetiva a realidade dos conceitos e sua interrelação. O século XIX, em sua segunda metade, trouxe esse tempo e esse amadurecimento.

Tal visão necessária existindo, resta, aos que não a ignoram, segui-la ou negá-la.

Antonio Gramsci é posto nesta encruzilhada por sua contingência histórica pessoal, doente, recluso, militante comunista, tendo sido obrigado a refletir sobre a realidade sob isolamento, submerso em condições de severas e cruéis restrições. Em sua obra estão referendadas suas posições e afinidades filosóficas, são parte irremovível dela. Sua obra é também o caminho para desvendar as posições filosóficas que, consciente ou inconscientemente, Gramsci adota. É nela, em seus rumos, em suas presenças e ausências, que seus seguidores, intérpretes e detratores encontram suas orientações e

contrapontos interpretativos.

O fenômeno e a essência, enquanto categorias filosóficas, são expressão e reflexo da unidade complexa dos aspectos correspondentemente externos e internos dos objetos e dos processos da realidade objetiva. São categorias interdependentes e contraditórias do conhecimento humano, em unidade e luta, refletindo a unidade contraditória dialética dos componentes sensível e racional do processo cognitivo. A prática humana, como a pedra-de-toque da verdade, histórica, direciona sua orientação da ignorância ao conhecimento. Que é a procura e a aquisição de conhecimento senão a pesquisa e o encontro da essência das coisas?

Estes dois conceitos estão relacionados de modo universal em todas as formas de interação entre o homem e a realidade que o cerca, das mais simples às mais complexas, das mais particulares às mais gerais. O processo de aquisição de conhecimento que

desemboca na cientificidade⁸ de um determinado saber humano. Ou a diferenciação e comparação, enquanto critérios de semelhança e classificação, de todos os aspectos da realidade. A essência assemelha os fenômenos similares e diferencia os distintos. Cada fenômeno tem algo em comum com seus similares e algo de distintivo que os separa e afirma, a cada fenômeno sua essência, que guarda ou não similaridade com seus semelhantes e distintos. É a diferenciação e a semelhança que permite a classificação da biosfera em reinos e espécies, ou dos elementos químicos em metais ou gases nobres. Reinos e espécies, metais ou gases nobres diferenciados e agrupados por sua essência distinta e comum. Cada fenômeno pressupõe sua própria essência, formando sempre com ela uma unidade contraditória.

A compreensão necessária de que existe uma conexão recíproca entre a essência e suas formas de manifestação, de acordo com as condições objetivas em que isso se dá nos fenômenos, possui não apenas importância teórica, filosófica, mas também prática, como prática possui importância a filosofia, transformadora do mundo, mais do que sua intérprete. Conhecer os aspectos da essência de um fenômeno dado, seja qual for, condiciona e dirige acertadamente a atitude do homem diante dele, para encontrar a solução das tarefas práticas correspondentes aos problemas da existência, aprofundando-se infinitamente do fenômeno à compreensão de sua essência, de uma essência inferior a uma maior, superior. Parodiando Tomás de Aquino: *perpetua et ad infinitum*.

Em decorrência da interrelação entre os fenômenos da realidade, a interrelação entre as categorias e conceitos liga os conceitos de essência e fenômeno aos de conteúdo e forma, causa e efeito, unidade e multiplicidade, necessidade e casualidade, objetividade e subjetividade, abstração e concretude, verdade e engano, conhecimento e prática, possibilidade e realidade.

Assim, nas categorias da filosofia como na realidade que as delinea e define, tudo está interrelacionado.

8 Cientificidade posta como veracidade - espelho do real - do conhecimento.

Bibliografia

1. BUESCU, Victor, Introdução à Cultura Clássica, Lisboa/Porto: Ed. Verbo, 1988.
2. CHANTREL, J., Histoire de L'Église: Histoire Ecclesiastique, Livro II, Paris: Putois-Cretté, Libraire-Éditeur, 1876.
3. CHIARA, Meta, LIGUORI, Guido, Gramsci: Guida alla Lettura, Milão/Roma: Unicopli, 2005.
4. FEUERBACH, Ludwig, Grundsätze der Philosophie der Zukunft, Berlin: Akademie Verlag, 1982.
5. FROSINI, Fabio, LIGUORI, Guido, Sentieri Gramsciani, Roma: Carocci, 2006.
6. FROSINI, Fabio, LIGUORI, Guido, Le Parole di Gramsci: Per un Lessico dei Quaderni del Carcere, Milão/Roma: Carocci, 2004.
7. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, Phänomenologie des Geistes. Berlin/Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970.
8. LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (orgs.), Dizionario Gramsciano 1926-1937, Roma: Carocci, 2009.
9. MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: (Borrador) 1857-1858, Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 3 tomos, 1973.
10. MARX, Carlos, El Capital. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1956.
11. MARX, Carlos, ENGELS, Federico. La Sagrada Familia. México: Ed. Grijalbo, 1960.

12. MARX, Karl, Tesis sobre Feuerbach, México: Ed. Grijalbo, 1967.

Palavras-Chave: dialética, essência, fenômeno, ideologia.

Budaörs, Hungria, julho de 2010.

Rio de Janeiro, agosto de 2010.